

É com imenso orgulho que observamos o nascimento da quarta edição da *Juris Rationis*. Queremos agradecer, mais uma vez, a participação, colaboração, dedicação e, sobretudo, o sucesso da nossa terceira edição. Recebemos inúmeros artigos, o que ajuda, cada vez mais, a consolidar a nossa Revista.

Temos a satisfação de apresentar a quarta edição da REVISTA JURIS RATIONIS, instrumento próprio para a divulgação de pesquisa científica realizada no âmbito do Programa de Direito. A presente edição, reunindo textos relevantes, foi planejada para festejar esse acontecimento e, além disto, para gravar, de forma indelével, o compromisso com a qualidade da pesquisa.

O primeiro artigo do *Espaço Juris Rationis* é O PREÂMBULO E AS SOCIEDADES CONSTITUCIONAIS: POR UMA REVISÃO CONCEITUAL DAS FUNÇÕES E DA REPRESENTATIVIDADE JURÍDICA DO PRÓLOGO CONSTITUCIONAL, de Humberto Lima de Lucena Filho, no qual, o autor analisa os diversos tratamentos dispensados ao Preâmbulo Constitucional na seara doutrinária, jurisprudencial e do direito estrangeiro, abordando o referido instituto jurídico tanto sob a ótica de suas funções quanto da representatividade jurídica.

O Segundo artigo tem como título O PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE COMO NORTE DO DIREITO DE FAMÍLIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO, de Clarindo Epaminondas de Sá Neto. Segundo o autor, o presente artigo cuida em dar tratamento ao afeto como responsável pelas inovações em nosso direito, assim como em descrevê-lo segundo os ditames de uma sociedade que evolui, necessitando, dessa forma, de tutela específica.

Um terceiro artigo, de Ana Karol Castro Bezerra, sob o título O TRATAMENTO DADO AO INSTITUTO DA SEPARAÇÃO JUDICIAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO APÓS A EC Nº66/2010, analisa se a separação judicial foi, totalmente, aniquilada do Ordenamento Jurídico Brasileiro, visto que tal indagação trouxe algumas divergências na doutrina brasileira.

O quarto artigo A RELAÇÃO ENTRE ANTROPOLOGIA E DIREITO: UMA DISCUSSÃO SOBRE AS PROBLEMATICAS JURÍDICAS DE FUNDO CULTURAL, de José Albenes Bezerra Júnior e Fábio Fidélis de Oliveira, busca analisar a antropologia no campo jurídico, abordando o terceiro humanismo sobre os problemas jurídicos de fundo cultural. Aborda, também, a interface entre a antropologia e algumas questões jurídicas específicas, como enfoque pluralista, as consequências da globalização e as redefinições acerca dos direitos humanos.

Destacamos o quinto artigo EIRELI: UMA ANÁLISE CRÍTICA E PERFUNCTÓRIA DOS SEUS ASPECTOS GERAIS E RELEVANTES, de Mariana Bezerra de

Araújo. Este tem por finalidade discorrer sobre a Lei 12.441/2011, que instituiu a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada e alterou, sobremaneira, o Código Civil Brasileiro, analisando-a de maneira dialética, crítica e sumária, à luz da Constituição Federal de 1988, de entendimentos doutrinários e jurisprudenciais, com relação aos seus inúmeros pontos controvertidos e lapsos ainda não reparados, embora já denunciados aos poderes Judiciário e Legislativo, objetivando demonstrar a sua inconstitucionalidade decorrente da afronta aos princípios constitucionais, e a sua inaplicabilidade no atual cenário empresarial.

O sexto artigo, de Samuel Max Gabbay e Albert Barcessat Gabbay, sob o título de PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR: UMA ANÁLISE JURÍDICA APLICADA ÀS RELAÇÕES DE CONSUMO NO MERCADO DE COMBUSTÍVEIS, analisa quais são os direitos fundamentais dos consumidores no mercado de combustíveis a partir do Código de Defesa do Consumidor. Para isso, o trabalho busca definir quais relações estão presentes no mercado de combustíveis e busca delimitar quais princípios do Código de Defesa do Consumidor são aplicáveis às relações de consumo no mercado de combustíveis, extraindo-se, daí, os direitos fundamentais que decorrem dessa principiologia.

O sétimo artigo é A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NO BRASIL: aspectos históricos e jurídicos acerca da flexibilização do seu monopólio, de Grazielly Anjos Fontes e Karolina Anjos Fontes. Segundo as autoras, o novo cenário petrolífero brasileiro, baixo risco exploratório, surpreende os mercados econômicos, e o novo marco regulatório cria uma nova expectativa para a área, principalmente para o setor social. Trata-se de um desafio para a comunidade jurídica nacional, tendo em vista que o marco regulatório vigente refere-se a uma situação de comprometimento financeiro diferenciado das novas jazidas descobertas, denominada pré-sal.

O oitavo artigo tem como título O FENÔMENO DO TRANSCONSTITUCIONALISMO COMO INSTRUMENTO DE AMPLIAÇÃO DA ORDEM JURÍDICA DO ESTADO NACIONAL SOBERANO NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E HUMANOS DO CIDADÃO, de Alexandre Costa Rodrigues. Segundo o autor, o presente trabalho visa a estabelecer um método lógico acerca de como integrar normas constitucionais de um Estado soberano a outro, sem, obviamente, ferir ou adentrar, abusivamente, na jurisdição constitucional de um deles. Partindo do pressuposto de que existem normas/direitos/princípios de proteção internacional, como é o caso dos direitos humanos que tutelam, universalmente, a proteção do Ser Humano em todas as suas dimensões,

não se pode olvidar, ou, simplesmente, enrijecer, na aplicação - tão somente – de uma ordem jurídica interna, em detrimento de outras visões mais abrangentes e protetivas de tais direitos, mesmo que tais visões advenham de ordens jurídicas externas, isto é, de outros Países. Dessa forma, pode-se dizer que não está a norma externa sendo sobreposta à norma constitucional nacional, pelo contrário, o que passa a existir, a partir desse método de proteção do Homem (cidadão), é um diálogo entre fontes normativas diversas.

Nesta edição, não tivemos textos para o **Espaço Verbum**. No entanto, reforçamos a importância e a necessidade de incentivo aos estudantes iniciantes. Esse espaço é destinado aos alunos que estão iniciando suas pesquisas no espaço acadêmico. É uma oportunidade

de incentivá-los a buscar a pesquisa como meio de desenvolvimento acadêmico. Sem dúvidas, contaremos com textos no *Espaço Verbum* da quinta edição.

Certamente, a propagação do conhecimento por mecanismo tão abrangente possibilitará a integração entre as mais diversas áreas do saber, em proveito da construção de uma rede de divulgação de experiências.

Agradecemos a todos os autores que enviaram seus trabalhos para a Revista, bem como aos membros do Conselho Científico pela preciosa colaboração na avaliação dos textos.

Aproveitem a leitura!

Jose Albenes Bezerra Junior | Editor